



Por um Ministério Público
mais forte.



Conselho
Nacional do
Ministério Público

Simulado Final
CNMP
Técnico do CNMP
Apoio Técnico Administrativo
Especialidade: Administração
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final - CNMP (Técnico Administrativo - Especialidade Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso CNMP (Analista - Apoio Jurídico);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CNMP-Técnico-08-04>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	47 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrizio Dutra

A democracia é um sistema político que tem como base a participação popular e a defesa dos direitos civis. A tecnologia, por sua vez, é um conjunto de ferramentas e técnicas utilizadas para melhorar a qualidade de vida da sociedade. Ambos os conceitos têm impactado significativamente o desenvolvimento social e político do mundo contemporâneo.

A tecnologia tem se mostrado uma importante aliada da democracia ao permitir uma maior participação cidadã na tomada de decisões políticas. As redes sociais, por exemplo, têm sido utilizadas como meio de organização e mobilização social, permitindo que cidadãos se manifestem e exponham suas opiniões de maneira mais eficiente e ampla. Isso contribui para uma maior transparência na gestão pública e uma maior fiscalização das ações dos governantes.

No entanto, a tecnologia também pode representar um desafio para a democracia. Com o avanço da inteligência artificial, há o risco de que decisões importantes sejam tomadas por algoritmos e não por seres humanos. Além disso, o uso indevido de informações pessoais na internet pode representar uma ameaça à privacidade dos cidadãos e à liberdade de expressão.

Outro ponto importante a ser discutido é a questão da exclusão digital. Ainda que a tecnologia ofereça ferramentas para ampliar a participação popular, é preciso garantir que todos os cidadãos tenham acesso a elas. A falta de acesso à internet e a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias podem criar barreiras para a participação democrática, reforçando desigualdades e limitando o poder da sociedade civil.

Diante desses desafios, é importante que as políticas públicas estejam atentas ao uso da tecnologia em favor da democracia. É fundamental que sejam estabelecidas regras claras para o uso de dados pessoais e que haja uma regulamentação adequada para garantir a transparência e a responsabilidade no uso de algoritmos. Além disso, é necessário investir em programas de inclusão digital para que todos os cidadãos possam usufruir das ferramentas disponíveis para a participação política.

Em resumo, a tecnologia pode ser um importante instrumento para a ampliação da democracia, mas é preciso estar atento aos seus desafios e limitações. É necessário garantir que as ferramentas tecnológicas estejam a serviço da sociedade como um todo, contribuindo para uma maior transparência e participação popular. A tecnologia deve ser vista como um aliado, mas é importante lembrar que ela não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

01. O papel dos cidadãos é prescindível na construção de uma sociedade mais justa e democrática, pois a tecnologia não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção da democracia.

02. A falta de acesso à internet e a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias não é suficiente para balizar para a participação democrática, reforçando desigualdades e limitando o poder da sociedade civil.

03. As redes sociais têm sido utilizadas como meio de organização e mobilização social, permitindo que cidadãos se manifestem e exponham suas opiniões de maneira mais eficiente e ampla.

04. No primeiro parágrafo, a expressão 'por sua vez' pode ser substituído por 'no que diz-lhe respeito', mantendo a correção e o sentido.

05. Na expressão 'A tecnologia tem se mostrado', no primeiro período do segundo parágrafo, se o pronome 'se' fosse deslocado para depois do verbo 'mostrado', seria provocada uma incorreção gramatical.

06. No primeiro período do segundo parágrafo, poderia ser inserida uma vírgula após 'democracia', com manutenção da correção gramatical.

07. No primeiro período do segundo parágrafo, o termo 'cidadã' poderia ser substituído, com manutenção do sentido, por 'da cidadania'.

08. No segundo período do terceiro parágrafo, o verbo 'há' está flexionado no singular para estabelecer concordância com o substantivo 'risco'.

09. No quarto parágrafo, a expressão 'Ainda que' poderia ser substituída por 'Posto que', com manutenção da correção e do sentido.

10. No quarto parágrafo, a expressão 'garantir que todos os cidadãos tenham acesso a elas' exerce a função de complemento da palavra 'preciso'.

11. No quarto parágrafo, a expressão 'que todos os cidadãos tenham acesso a elas' exerce a função de complemento da oração de que faz parte.

12. No quarto parágrafo, poderia ser inserido acento grave de crase no 'a' da expressão 'a falta de conhecimento' sem prejuízo para a correção e para a coerência.

13. No quarto parágrafo, na expressão 'podem criar barreiras para a participação democrática', os termos 'para a' poderiam ser corretamente substituídos por 'à', com manutenção da correção e do sentido.

14. No quinto parágrafo, na expressão 'mas é preciso estar atento aos seus desafios e limitações', o termo 'aos seus desafios e limitações' exerce a função de objeto indireto.

15. Na expressão 'que haja uma regulamentação adequada para garantir a transparência', o termo 'uma regulamentação' fosse substituído por 'regulamentações', o verbo precisaria ser flexionado no plural para que se estabelecesse a concordância.

Sobre o excerto a seguir, julgue os três itens que se seguem.

A tecnologia deve ser vista como um aliado, mas é importante lembrar que ela não pode substituir o papel fundamental dos cidadãos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

16. No excerto acima, o termo 'que' introduz oração com valor restritivo.

17. No excerto acima, a vírgula é utilizada para separar orações subordinadas.

18. No excerto acima, o termo 'na construção' poderia ser substituído corretamente e com manutenção de sentido por 'de construir'.

19. Na expressão 'a falta de conhecimento sobre o uso das tecnologias podem criar barreiras', o termo 'sobre o uso' pode ser substituído por 'a cerca da utilização'.

20. Na expressão 'Ambos os conceitos têm impactado significativamente o desenvolvimento social', se o termo 'os' fosse retirado, seria provocada uma incorreção gramatical.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e à Lei Anticorrupção, julgue as assertivas que se seguem.

- 21.** Considera-se ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo. A caracterização de tal conduta sujeitará o infrator à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de até doze anos.
- 22.** Sabendo que determinado agente público permitiu a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, é possível concluir que estará sujeito à multa civil equivalente ao valor do dano, mesmo se possuir vínculo transitório com a Administração.
- 23.** Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa a que se refere a Lei 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- 24.** Em decorrência da prática de atos lesivos previstos na Lei 12.846/2013, o poder público poderá aplicar às pessoas jurídicas infratoras a pena de dissolução compulsória da pessoa jurídica, independentemente da existência de culpa, a qual pode se dar por meio de processo judicial ou administrativo.
- 25.** As sanções da Lei de Improbidade aplicar-se-ão à pessoa jurídica mesmo se o ato de improbidade administrativa for também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei 12.846/2013.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Tiago Zanolli*

- 26.** O Ministério Público tem atuação repressiva e preventiva. Na primeira hipótese, visa à recomposição do dano, enquanto na preventiva ataca o ilícito ou suas dimensões, evitando sua prática ou continuidade.
- 27.** O Ministério Público, instituição permanente que desempenha atividade essencial à função jurisdicional do Estado, não é subordinado administrativamente a quaisquer dos Poderes da República, detém legitimidade para postular, em juízo, direitos individuais homogêneos.
- 28.** O Ministério Público comum abrange o Ministério Público da União e os Ministérios Públicos dos Estados.
- 29.** Os membros do Ministério Público constituem um conjunto indivisível, portanto, um membro do Ministério Público do Trabalho pode substituir um membro do Ministério Público Federal.
- 30.** Aos membros do Ministério Público é vedado o exercício de qualquer outra função pública ou privada, salvo uma de magistério.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Gabriela Zavadinack*

- 31.** São instrumentos hábeis a efetivar a função distributiva o imposto de renda progressivo e a concessão de subsídios a bens de consumo popular.

32. O orçamento de desempenho é uma técnica orçamentária que evoluiu do orçamento tradicional e tem como característica principal a preocupação com o resultado do gasto e com o planejamento.

33. A existência de orçamentos autônomos, como o orçamento fiscal e o da seguridade social, está de acordo com o princípio da totalidade orçamentária, mas viola o princípio da unidade.

34. Os créditos adicionais suplementares e especiais, quando autorizados nos últimos quatro meses do exercício, podem ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente no limite do saldo não empenhado.

35. Na classificação por identificador de resultado primário, tem-se que as receitas primárias são incluídas no cálculo do resultado primário e as receitas financeiras não são contabilizadas no referido cálculo. São exemplos de receitas primárias a cota-parte de compensações financeiras e os dividendos recebidos pela União.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

36. As técnicas de backup mais utilizadas no mercado de uma maneira geral são: frio e quente

37. Qualquer envio de mensagem em larga escala pode ser considerado um tipo de spam.

38. Ao utilizar o Excel, um usuário digitou na célula A5 a fórmula =AGORA() Diante dessa ação, podemos deduzir que na referida célula aparecerá a data e a hora do sistema.

39. No Word, a funcionalidade Pincel permite preencher o interior de imagens e elementos existentes no texto.

40. Nas redes de computadores, podemos utilizar aparelhos comutadores para possibilitar a comunicação entre diversos aparelhos simultaneamente.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

41. Acerca das normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue o item subsequente.

As normas de eficácia contida diferem das de eficácia plena no que diz respeito à aplicabilidade imediata e irrestrita.

42. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item que se segue:

A Constituição garante a liberdade de expressão, com responsabilidade. A liberdade de expressão não pode ser usada para a prática de atividades ilícitas ou para a prática de discursos de ódio, contra a democracia ou contra as instituições.

43. Em relação à organização político-administrativa do Estado, julgue o item a seguir:

É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

44. Com relação ao processo legislativo, julgue o item a seguir.

É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

45. Julgue o item no que tange as funções essenciais à Justiça prevista na Constituição Federal de 1988.

O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara de Deputados, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

46. Com base na nova lei de licitações 14.133/21, julgue o item a seguir.

Rodolfo, Chefe da Secretaria do Meio Ambiente do Estado, recebera diversas reclamações dos seus subordinados. Eles alegavam que os móveis de madeira, utilizados no setor como mesas e armários, estavam apresentando deformações e rachaduras pelo efeito do tempo e uso. Assim sendo, Rodolfo, por meio de sua autoridade, instruiu a abertura de licitação, via pregão, com vistas a contratar um profissional de engenharia para o serviço comum de manutenção dos móveis, preservando as características originais dos bens.

No caso fictício em tela, a contratação do engenheiro é possível por meio do pregão, mas existe vedação com relação à sua utilização nas contratações de serviços comuns de engenharia.

47. Em relação aos recursos previstos no art. 56 da lei nº 9.874/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue o item a seguir.

Das decisões administrativas cabe recurso, sendo dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de três dias, o encaminhará à autoridade superior.

48. Em relação à Organização da Administração Pública, julgue o item a seguir.

A Agência Executiva é somente uma qualificação concedida por decreto, do Chefe do Poder Executivo, às fundações públicas ou autarquias que tenham celebrado um contrato de gestão com a Administração Direta.

49. Acerca do poder de polícia na Administração Pública, julgue o item a seguir considerando o entendimento dos tribunais superiores e a doutrina.

A liberação de veículo retido por autoridades de trânsito somente pela prática de transporte irregular de passageiros está condicionada ao pagamento de multas e despesas.

50. Acerca dos princípios e controle na Administração Pública, julgue o item a seguir.

Mateus, técnico administrativo estável do Ministério Público, praticou infração prevista no estatuto dos servidores públicos: retirar autos da secretaria sem autorização da chefia imediata. O Procurador-Geral da República, após processo administrativo disciplinar, aplicou-lhe a sanção de demissão. Mateus, irrisignado, recorreu ao Judiciário, pretendendo sua reintegração.

No caso fictício em tela, o Procurador-Geral da República violou o princípio administrativo da proporcionalidade. Ademais, ao Poder Judiciário cabe a análise unicamente da legalidade do ato impugnado, não podendo se imiscuir na questão de mérito administrativo.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA*Luciana Marinho*

51. A intervenção do Estado na economia pode ser justificada por conta das falhas de mercado no suprimento de bens e serviços. Nesse contexto, entre as funções que o Orçamento Público executa para intervir na economia, podemos afirmar que a função alocativa busca oferecer bens e serviços que não seriam oferecidos pelo mercado ou seriam em condições ineficientes.

52. No tocante às funções do orçamento, a função distributiva tem o objetivo de buscar sempre o equilíbrio no balanço de pagamentos, bem como manter a estabilidade do nível de preços.

53. Sobre as técnicas orçamentárias, o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado atualmente no Brasil e representa a manutenção, a cada ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.

54. No tocante às técnicas orçamentárias, o orçamento clássico fundamenta-se pela necessidade de rever, a cada exercício financeiro, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.

55. Sobre as técnicas orçamentárias, pode-se afirmar que o modelo orçamentário que se caracteriza por contemplar a preocupação não só com o gasto público, mas também com o que foi realizado denomina-se orçamento tradicional.

56. No tocante aos princípios orçamentários, a disposição de que a Lei Orçamentária Anual não deve consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras refere-se ao princípio da universalidade.

57. Os princípios orçamentários asseguram o cumprimento dos fins a que se propõe o orçamento. De acordo com o princípio da universalidade, todas as receitas e despesas devem estar contidas em uma só lei orçamentária, ou seja, em único documento legal por exercício financeiro e ente da federação.

58. No tocante aos princípios orçamentários, julgue o item que se segue:

Conforme o princípio da especificação, a lei não poderá conter dispositivo estranho à fixação das despesas e à previsão das receitas.

59. Sobre os instrumentos de planejamento, considere que o projeto de lei orçamentária anual apresentado pela União tenha contemplado dotações para investimento em projeto cuja duração supere um exercício financeiro. De acordo com as disposições constitucionais e legais que disciplinam a matéria, tal situação é plausível, desde que tenha previsão no Plano Plurianual.

60. No tocante aos instrumentos de planejamento, julgue o item que se segue:

O Plano Plurianual (PPA) da União deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo. Tal prazo está evidenciado na Constituição Federal.

61. No tocante aos instrumentos de planejamento, julgue o item que se segue:

Considerada uma inovação no sistema orçamentário brasileiro, a LDO orienta a elaboração da LOA e estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

62. Sobre os princípios orçamentário, julgue o item que se segue:

O princípio orçamentário da periodicidade permite ao Poder Legislativo ter conhecimento do valor global das despesas projetadas pelo governo.

63. Acerca dos créditos adicionais, julgue o item que se segue

O prefeito do Município Pipoca informou ao gestor orçamentário a necessidade de verbas adicionais, não previstas na lei orçamentária, para atender centenas de pessoas em decorrência de uma enchente, que atingiu a região de forma desastrosa.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O gestor orçamentário deve solicitar abertura de créditos adicionais especiais.

64. Acerca dos créditos adicionais, julgue o item que se segue

Os créditos extraordinários terão vigência somente no exercício financeiro em que forem autorizados. Todavia, poderão ser reabertos nos limites de seus saldos, caso o ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses, não sendo, portanto, incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

65. Com relação ao PPA, LDO e LOA, julgue o item a seguir.

O plano plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de longo prazo que não coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo.

66. De acordo com a Constituição Federal, julgue o item relativo aos instrumentos de planejamento.

A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e, além disso, estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

67. Sobre os instrumentos de planejamento, julgue o item que se segue.

No Brasil, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é composta por três orçamentos: fiscal, de investimento das empresas estatais e o da seguridade social e, ainda assim, atende ao princípio da unidade orçamentária.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO

Stefan Fantini

Com relação às características básicas das organizações formais modernas, tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização, julgue os itens a seguir.

68. Segundo Weber, as características de uma burocracia ideal incluem a divisão do trabalho, a categorização como base do processo decisório e a previsibilidade de funcionamento.

69. A estrutura funcional é baseada na especialização do trabalho, supervisão direta e na autoridade funcional. A estrutura matricial, por sua vez, combina a competência técnica da estrutura funcional com a ação orientada para o resultado da organização de projeto; trata-se de uma estrutura que possui órgãos permanentes, voltados a atividades de suporte e órgãos com duração limitada, vinculados a projetos. Dentre as vantagens da estrutura matricial podem-se citar a maior flexibilidade e adaptabilidade a ambientes dinâmicos.

70. Os elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

71. A departamentalização funcional consiste em agrupar as atividades semelhantes em áreas especializadas. Uma das grandes vantagens desse tipo de departamentalização é a facilidade de coordenação e interdepartamental.

72. São fatores condicionantes da estrutura organizacional: Fator Humano; Fator sistemas de objetivos, estratégias e políticas da empresa; Fator Tecnologia e; Fator ambiente interno.

73. A cadeia de comando indica quantas pessoas cada executivo pode dirigir de forma eficaz e eficiente, ao passo que a amplitude de controle indica a quem os indivíduos devem se reportar.

74. Estruturas organizacionais verticalizadas são caracterizadas pela existência de vários níveis hierárquicos na organização.

75. A departamentalização por produtos permite uma maior flexibilidade, além de propiciar a inovação e a criatividade. Contudo, dentre as suas desvantagens podem-se citar o aumento de custos e o risco de obsolescência técnica.

Com relação à Gestão de Processos, julgue os itens a seguir.

76. Os processos organizacionais constituem a forma básica de funcionamento das organizações e permitem transformar insumos (inputs) em resultados (outputs)

77. Enquanto na gestão por funções as tarefas são executadas sob rígida supervisão hierárquica, nas organizações geridas por processos a supervisão hierárquica é flexibilizada.

78. Se a organização pretende realizar mudanças incrementais em seus processos, ela deve optar por adotar uma técnica conhecida como reengenharia.

79. O espaço de melhoria de um processo corresponde à diferença entre a situação atual (as is) e a situação desejada (to be).

80. De acordo com a Society for Design and Process Science (SDPS), o ciclo de gerenciamento do processo apresenta as seguintes etapas: Modelagem, Simulação, Execução e Encenação.

81. O fluxograma consiste em uma representação gráfica que descreve o passo a passo e as etapas sequenciais de determinado processo.

82. A adoção da gestão por processos é típica de organizações com estrutura verticalizada, com poucos departamentos sob o mesmo nível hierárquico.

83. O Ciclo PDCA é uma ferramenta bastante utilizada na gestão de processos e está voltado para a melhoria contínua dos processos. A etapa C (Check) consiste em atuar corretivamente, com o objetivo de evitar eventuais problemas ocorram novamente.

84. Os processos podem ser gerenciais, de suporte ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos de suporte.

85. O gestor deve levar em consideração as características típicas dos processos, tais como a unicidade e a temporariedade.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

86. Tão logo a correspondência sigilosa chega ao protocolo ela deve ser aberta e encaminhada ao seu destinatário seguindo as regras de urgência e segurança da instituição.

87. Os métodos Ideográficos Alfabéticos podem ser divididos em Duplex, Decimal e Unitermo.

88. O princípio da proveniência determina que, ao serem organizados, os documentos sejam mantidos na mesma disposição em que foram acumulados originalmente.

89. É o princípio da proveniência que dá ao documento de arquivo a singularidade para diferenciá-lo de outros tipos de documentos.

90. O princípio do respeito à ordem original preceitua que os documentos arquivísticos devem conservar o arranjo dado pelo seu produtor.

91. Para que seja classificado como arquivo, um conjunto documental deverá ser acumulado por uma pessoa física ou jurídica durante o desenvolvimento de suas atividades.

92. O documento de arquivo deve estar relacionado ao contexto criador, ou seja, às funções e atividades que lhe deram origem.

93. Designam-se os documentos como ostensivos ou como sigilosos de acordo com a natureza do assunto de que tratam.

94. É atribuição do protocolo discriminar a correspondência de caráter ostensivo daquela de caráter sigiloso, bem como abrir a correspondência ostensiva.

95. Plantas e documentos em papel de grandes dimensões devem ficar em gavetas de mapotecas.

96. O princípio arquivístico básico que fundamenta as principais funções arquivísticas é o princípio da Pertinência.

97. O arquivamento pode ser considerado a ação pela qual uma autoridade determina a guarda de um documento, cessada a sua tramitação.

98. Tradicionalmente a forma mais usada e recomendada para a classificação dos documentos é a classificação por assuntos.

99. De acordo com a legislação arquivística em vigor, os documentos públicos podem ser identificados como correntes, intermediários e permanentes.

100. As principais informações trazidas por uma tabela de temporalidade em relação a uma série documental são os seus prazos de guarda, a sua destinação e as formas mais importantes de conservação e preservação do documento.

101. A respeito dos processos de acondicionamento, armazenamento e manutenção de documentos de arquivos, julgue o item subsequente. O processo de embalar documentos em pastas ou caixas é denominado armazenamento; a colocação dessas pastas ou caixas em um mobiliário é denominada acondicionamento.

102. A gestão de documentos é entendida como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente, intermediária e permanente, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

NOÇÕES DE RECURSOS MATERIAIS

Elisabete Moreira

A respeito da administração de recursos materiais, classificação dos estoques, codificação e estudo da curva de consumo, julgue os itens que se seguem.

103. A área de administração de materiais desenvolve técnicas de planejamento para garantir 100% da entrega dos pedidos realizados pelos clientes, podendo atuar como conciliadora de interesses conflitantes entre as áreas de vendas e de administração financeira.

104. A verticalização é uma forma de classificação de estoques no qual a própria empresa se torna sua fornecedora, passando a produzir internamente suas matérias-primas, para evitar a dependência de fornecedores externos.

105. Uma etapa da classificação, a identificação, também chamada de normalização, refere-se à descrição minuciosa do material que possibilita a individualização em uma linguagem familiar ao mercado.

106. Na classificação de materiais, o atributo flexibilidade está ligado à abordagem das características dos materiais, levando em consideração aspectos físicos, financeiros e contábeis.

107. A curva XYZ classifica os itens do inventário de acordo com o grau de criticidade associado aos impactos que o excedente de determinado item pode provocar no processo produtivo.

Quanto às noções de administração e à gestão dos estoques, julgue os itens a seguir.

108. Utilizado na gestão de estoques, o sistema de máximos-mínimos, ou sistema de quantidades fixas, estima seus estoques baseados na expectativa de consumo para um período determinado, assegurando os estoques máximo e mínimo para cada item.

109. O modelo de lote econômico leva em consideração a taxa de demanda do produto inconstante, o período entre a chegada de um pedido e a entrega do produto ao cliente, o custo de armazenagem e o custo fixo por lote.

110. A gestão de estoque deve considerar a necessidade ou não de se fazer estoque. Por exemplo, o estoque *hedge* é o tipo de estoque formado por produtos que tenham alto risco de oscilação de preço, adquirido com a finalidade de minimizar riscos da organização quanto ao seu abastecimento normal e gerar uma ruptura no processo de produção.

111. O sistema de produção *Just in time*, que possui como característica a ideia de que a demanda é responsável por *puxar* a produção, em quantidades determinadas e no momento certo, passou a ser utilizado de forma bem-sucedida pela empresa Japonesa Toyota, a partir da década de 60, replicado por diversas organizações.

Acerca da administração patrimonial e de materiais, da gestão de estoques, compras e inventários, julgue os itens a seguir.

112. A área de administração de materiais teve uma evolução muito grande nos últimos setenta anos. Nos anos 1950, o foco era no inventário da organização. Já nos anos 1970, o foco mudou para a produção. A partir dos anos 2000, com a globalização e as parcerias cada vez mais presentes, o foco passou a ser nos processos gerenciais.

113. Um dos objetivos do gestor de materiais é realizar compras a prazo que contenham baixo giro de estoque para não comprometer a saúde financeira, tampouco o processo produtivo com a falta dos materiais.

114. A atividade de inventário visa garantir a fiel guarda dos materiais confiados pela empresa.

115. O ciclo de compras compreende algumas atividades: receber e analisar as requisições de compra, selecionar fornecedores, solicitar cotações, determinar o preço certo, emitir o pedido de compra, verificar e aguardar a entrega, recepção e aceitação da mercadoria (se estiver de acordo com o solicitado) e aprovação da fatura do fornecedor para pagamento.

116. A Administração de Materiais visa à garantia de existência contínua de um estoque, organizado de modo que nunca falte nenhum dos itens que o compõem, mesmo que se torne excessivo o investimento total. Estoque de sobra nunca é um problema.

117. O cadastramento de materiais requer codificação prévia.

118. A cobertura do estoque indica o período de tempo que o estoque é capaz de cobrir o consumo.

119. O sistema de revisão periódica de estoques é indicado para itens de demanda dependente, normalmente classificados como itens A, por seu elevado valor econômico de investimento.

120. O sistema centralizado de compras traz como vantagem melhor atendimento das necessidades específicas de cada unidade e como desvantagem a menor especialização dos compradores.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
